

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.563.281 - PR
(2019/0238220-4)**

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
EMBARGANTE : COOPER CARD ADMINISTRADORA DE CARTOES LTDA
ADVOGADOS : MARCIO RODRIGO FRIZZO - PR033150
JOAO RICARDO DA SILVA LIMA - PR031648
SILVAM SILVESTRE VIEIRA - PR046915
EMBARGADO : MUNICÍPIO DE MARINGÁ
PROCURADORES : SÍLVIO HENRIQUE MARQUES JÚNIOR - PR028088
FRANCISCO BORBA IACOVONE - PR092597

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de embargos de declaração opostos por Cooper Card Administradora de Cartões Ltda. contra decisão que não conheceu do recurso da parte contrária.

A embargante suscita omissão quanto à verba honorária prevista no art. 85, §§ 1º e 11, do CPC/2015.

É o relatório.

Nos termos do Enunciado Administrativo n. 7/STJ, "somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC".

No caso, o apelo especial foi manejado já vigência do CPC/2015, inaugurando novo grau de jurisdição, razão pela qual são devidos honorários sucumbenciais recursais, uma vez que o apelo não logrou êxito.

Ante o exposto, com fulcro no art. 85, § 11, do CPC/2015, acolho os embargos de declaração, a fim de majorar os honorários advocatícios para 12% do valor da condenação.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator